

mercado

MERCADO ABERTO

Maria Cristina Frias
cristina.frias@grupofolha.com.br

Nova lei de licitações tem pontos que facilitam corrupção, dizem entidades

Apesar de endurecer as punições para fraudes, o projeto que altera a lei de licitações tem brechas que podem facilitar casos de corrupção, segundo entidades do setor da construção críticas à proposta. O substitutivo foi aprovado em comissão especial na Câmara na última quarta (5) e aguarda votação em plenário. Um dos aspectos mais questionados é a modalidade de diálogo competitivo, em que a administração se reúne com companhias quando diz não ter capacidade para definir qual a modelagem adequada.

Mudanças do projeto de lei de licitações que aguarda votação na Câmara

• Pena para **fraudes** passa de 3 a 6 anos de reclusão para 4 a 8 anos

• Se houver **superfaturamento ou sobrepreço**, pena vai de 4 a 12 anos

• **Dispensa de licitação** é permitida para compras de até R\$ 50 mil, não mais de R\$ 8 mil

• Se for para **obras e serviços de engenharia**, valor passa de R\$ 15 mil para R\$ 100 mil

• Concorrência passa a aceitar **novos critérios**, como maior retorno econômico

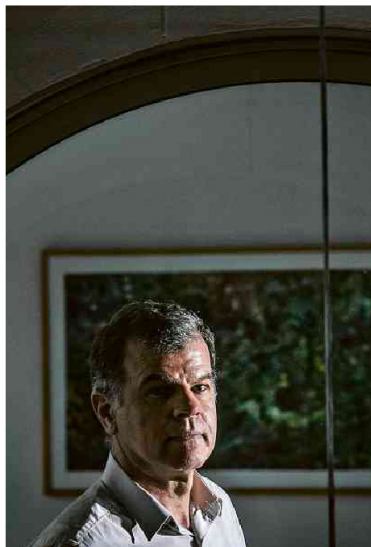
atenda os critérios pode participar, e quem não está nas reuniões ainda pode fazer propostas após o edital, segundo técnicos do governo.

Outro ponto que pode facilitar o direcionamento a empresas específicas é o prazo de 60 dias para apresentação de propostas quando a companhia é responsável pelo projeto básico e executivo, diz

Carlos Mingione, do Sinaenco (sindicato do setor).

"Uma empresa maior tem como contratar um grupo de projetistas, mas a menor, não."

Discordâncias poderão ser trabalhadas no plenário, mas o relatório passou pelo crivo de várias partes, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Contas, segundo o relator João Arruda (MDB-PR).



Alcebiades Athayde Junior, presidente do laboratório farmacêutico Libb's

Bruno Santos - 4.out.16/Folhapress

Porto de São Luís do Maranhão faz acordo para usar Canal do Panamá

A Emap, empresa estatal que gerencia o Porto do Itaqui, em São Luís, firmou uma parceria de apoio mútuo com a administração do Canal do Panamá.

"Haverá uma janela entre fevereiro e setembro para que navios saiam do Maranhão e cruzem [o canal] com tarifa competitiva", diz Ted Lago, presidente da companhia brasileira.

As embarcações que partem de São Luís com soja rumo à China atravessam o sul do oceano Atlântico, passam pelo Cabo da Boa Esperança e então rumam para o Oriente.

O custo para passar pelo canal hoje é mais alto, mas representa até três dias de viagem a menos, diz Lago.

"Quem usa o Panamá para exportar grãos são os americanos, mas a China vai comprar menos deles."

MAIS BURACOS NAS RUAS

A produção de asfalto no Brasil deverá chegar em seu pior nível desde 2014, segundo projeções do segmento.

Foram fabricados no país 87,4 milhões de metros cúbicos do produto até outubro, queda de 1,3% em relação ao registrado no mesmo período de 2017, de acordo com a ANP (órgão regulador do setor).

"Este tem sido um ano muito ruim, os padrões de consumo voltarão a um volume próximo ao de 2007", afirma Felipe Alves Pacheco, super-

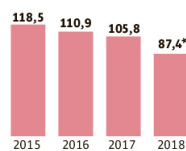
intendente-executivo da Abeda (associação das distribuidoras de asfalto).

O ajuste fiscal e a política de reajustes de preço da Petrobras foram as duas principais razões para o recuo, de acordo com ele.

"Conseguimos que as mudanças de valores sejam feitas a cada três meses, mas o ideal seria que fossem semestrais; o setor público responde por 90% da demanda e não consegue fazer investimentos", diz.

Produção de asfalto no Brasil

Em milhões de metros cúbicos



*Até outubro. Fonte: ANP

EMBALO SEM GASOLINA

O setor de turismo teve em outubro a terceira alta consecutiva no nível de emprego, segundo a CNC (Confederação Nacional do Comércio). Foram abertas 6.452 vagas.

O aumento foi impulsionado pelo setor de restaurantes, que teve um aumento de 9.466 postos de trabalho.

A alta só não foi maior porque o ramo de transportes demitiu quase o mesmo número de pessoas (9.217).

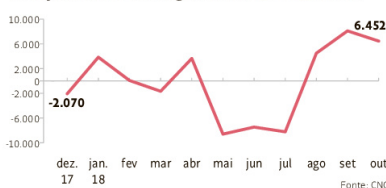
"O que mais tem atrapalhado o desempenho do segmento é a alta de combustíveis. Empresas têm repassado a inflação da gasolina para o preço final", diz Fabio Ben-

tes, economista da entidade.

A área de turismo deverá continuar a registrar altas nos próximos meses, de acordo com Bentes.

"Há dois principais fatores: a alta do dólar, que inibe gastos no exterior e movimento do mercado doméstico, e uma leve retomada econômica."

Variação do saldo de vagas nos últimos 12 meses



Fonte: CNC

TRATAMENTO CONTRA CÂNCER

O laboratório farmacêutico Libb's vai investir cerca de R\$ 150 milhões em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos em 2019.

Os remédios usados em tratamentos contra câncer e doenças raras receberão a maior fatia do aporte, segundo o presidente da marca, Alcebiades Athayde Jr.

"Vamos fazer 15 lançamentos. Os medicamentos biológicos [produzido a partir de células vivas por meio de biotecnologia], que têm produ-

ção mais complexa, são um dos nossos focos", afirma ele.

"Prevenimos ter o registro para fabricar um produto usado no tratamento de câncer no sistema linfático no primeiro semestre."

A empresa vai ainda iniciar a construção de um centro tecnológico em São Paulo. "A meta é inaugurar em dois anos, a obra demandará R\$ 100 milhões."

R\$ 1,26 bilhão foi a receita líquida em 2017

FALSA... O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial encomendou uma pesquisa da Nielsen que indica que quase a metade dos estabelecimentos que vendem cigarro oferecem também os falsificados.

...NICOTINA A Souza Cruz é uma associada da entidade.

ZAP A Jet e-business, de tecnologia, investe R\$ 10 milhões em um aplicativo que permite pagamentos via WhatsApp ou outros canais online de mensagem.

HORA DO CAFÉ | Lézio Junior



com Felipe Gutierrez (interino), Igor Utsumi e Ivan Martínez-Vargas

Fux proíbe multa e reduz efeito da tabela do frete

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal), suspendeu nesta quinta-feira (6), em decisão provisória, a aplicação de multas e outras medidas contra quem descumprir a tabela do frete, instituída como resposta à paralisação dos caminhoneiros deflagrada em maio deste ano.

A tabela do frete foi criada pela medida provisória nº 832/2018 do governo Michel Temer, que foi regulamentada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

AMP foi convertida na lei nº 13.703/2018, que define a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, reivindicação dos caminhoneiros.

Fux atendeu a um pleito da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)

para analisar com urgência um pedido de medida cautelar que visava suspender a tabela do frete. A CNA alegou que a ANTT editou uma nova resolução em novembro com mais penalidades.

O ministro e relator de uma série de ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) que contestam no STF a tabela.

O magistrado destacou, na decisão, informações do Ministério da Agricultura que afirmam que o tabelamento gerou "entraves e prejuízos".

"Em determinados casos, considerando o transporte de grãos agrícolas, incluindo o frete de retorno, foram elevados em até 145% [...], com reflexos nefastos para os resultados de algumas cadeias produtivas, a exemplo do milho, que sofreu uma redução nos volumes de exportação da ordem de 34%", informou o mi-

nistério ao STF.

Fux escreveu que "o quadro fático revelado aponta que a imposição de sanções derivadas do aludido tabelamento de fretes tem gerado grave

“

A imposição de sanções derivadas do tabelamento de fretes tem gerado grave impacto na economia nacional, o que se revela particularmente preocupante ante o cenário de crise

Luiz Fux
ministro do Supremo

impacto na economia nacional, o que se revela particularmente preocupante ante o cenário de crise econômica atravessado pelo país".

O ministro deferiu a medida cautelar para suspender a aplicação das medidas administrativas, coercitivas e punitivas previstas na lei que instituiu o tabelamento e também a aplicação de multas pela ANTT para quem não cumprir os preços.

Na prática, a suspensão esvaziava as normas que instituíam o tabelamento.

"Determino, por consequência, que a ANTT e outros órgãos federais se abstenham de aplicar penalidades aos embarcadores, até o exame do mérito da presente ADI pelo plenário", escreveu Fux.

Não há data para o plenário do Supremo julgar o mérito da ação.

Com feriados, produção de veículos recua 7% em novembro

SÃO PAULO A produção de veículos no Brasil em novembro caiu 6,9% ante outubro. O dado foi divulgado nesta quinta-feira (6) pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

A conta inclui carros de passeio, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus.

A queda é consequência de um mês curto: houve 20 dias úteis de vendas em novembro, impactado por feriados prolongados. Em outubro, foram 22.

Foram produzidos 245,1 mil veículos no mês, o que elevou o total acumulado no ano para 2,7 milhões de unidades, alta de 8,8% sobre o mesmo período de 2017.

Foram vendidas 232,9 mil unidades em novembro, crescimento de 13,1% na comparação com o mes-

mo mês de 2017. No acumulado do ano, há alta de 15,1%, de acordo com a Fenabrev, entidade que representa as revendedoras de veículos. Os resultados somam carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

As exportações continuam em queda, sob efeito da crise na Argentina: recuo de 53% na comparação entre os meses de novembro de 2018 e de 2017.

Agora ocorre o movimento contrário: é o mercado brasileiro que está segurando a produção no país vizinho.

Segundo a Adefa (associação argentina de montadoras), há alta de 1,4% na produção entre janeiro e novembro sobre igual período de 2017.

Foram fabricados 446,2 mil veículos —desse, 170,5 mil foram enviados para o Brasil.

Reuters